

## TCE-PE divulga levantamento sobre obras paralisadas em PE



Em coletiva de imprensa realizada na quinta-feira (25), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) revelou que os gastos em obras públicas paralisadas, em Pernambuco, somaram R\$1,8 bilhão até 2023. O valor já pago corresponde a 31% do total dos contratos paralisados (R\$5,9 bilhões), e a 9% de tudo o que foi empenhado em contratações públicas no ano (R\$19,3 bilhões).

O TCE-PE identificou 1.504 contratos sem conclusão, sendo 1.185 municipais e 319, estaduais. As áreas mais afetadas foram mobilidade urbana (23,4% do total); serviços de abastecimento d'água (11,1%); e barragens (8,6%).

**MOBILIDADE** – Entre as obras estaduais inconclusas com maior volume de recursos aportados estão as dos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste. No primeiro, foram gastos R\$161,8 milhões (o contrato é de R\$186,6 milhões); no segundo, o montante investido foi de R\$136,3 milhões (contrato de R\$168,7 milhões). Ambos deveriam ter sido concluídos em maio de 2013.

**CINTURÃO DE BARRAGENS** – Obras do chamado “cinturão de barragens”, concebido para diminuir o risco de enchentes na Mata Sul, apresentaram indícios de

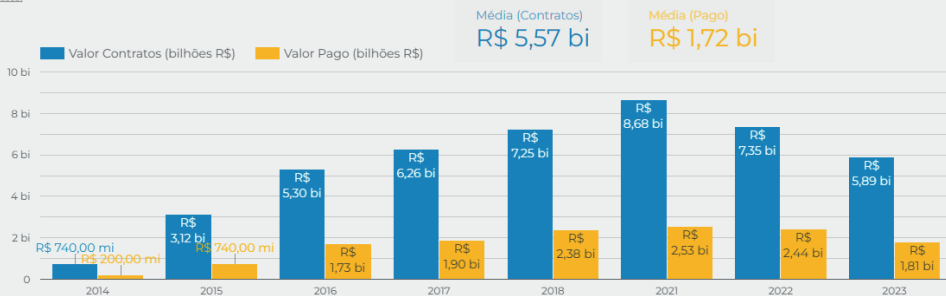
paralisação. Na barragem de Igarapeba, em São Benedito do Sul, cuja previsão de entrega era março de 2014, o Estado já investiu R\$53,7 milhões (contrato de R\$136,1 milhões). E na de Barra de Guabiraba, no município de mesmo nome, também prevista para março de 2014, já foram gastos R\$16,6 milhões (contrato de R\$61,1 milhões).

**MUNICÍPIOS** – Entre as obras municipais paralisadas, o Recife aparece com R\$726,7 milhões em valores contratados, e R\$216,5 milhões em montantes já pagos. Um dos contratos com indícios de paralisação, no valor de R\$39,1 milhões, é o de implantação de corredores exclusivos de ônibus. Desse total, R\$19,9 milhões já foram executados.

No Cabo de Santo Agostinho, segundo município em valores já desembolsados por contratos parados, há 10 anos deveriam ter sido entregues as obras de urbanização da comunidade Nova Era, e de esgotamento sanitário da comunidade Manoel Vigia. Dos R\$32 milhões previstos no contrato, R\$19,5 milhões já foram pagos.

**CAUSAS** – Falhas no projeto, na seleção dos fornecedores e na fiscalização por parte dos contratantes estão entre os principais motivos para justificar a paralisação dessas obras. Se o TCE-PE constatar que a paralisação decorre de irregularidades graves, o gestor responsável poderá ter suas contas rejeitadas, ser multado, e ressarcir os cofres públicos, caso seja comprovado dano ao erário. Havendo indícios de ilícito penal ou de improbidade, o caso será encaminhado ao Ministério Público de Pernambuco.

### ANÁLISE HISTÓRICA



**ENTENDA** – Os dados foram coletados a partir dos Mapas de Obras das Prestações de Contas Anuais 2022, enviados pelos gestores, de informações do portal Tome Conta, e de inspeções feitas pela equipe de auditoria do TCE-PE. A situação foi confirmada por meio de ofícios enviados aos gestores, que puderam se manifestar, justificar os motivos da paralisação e informar as providências adotadas para a sua retomada.

Siga o TCE nas redes sociais

 /TCEPernambuco

 @tcepe

 @tce\_pe